

# ESCOLA X LÍNGUA PADRÃO, IDEOLOGIA E PRECONCEITO LINGÜÍSTICO

LIDIANE SCHLOTEFELDT SOBROZA<sup>1</sup>  
[lidisobrosa@yahoo.com.br](mailto:lidisobrosa@yahoo.com.br)

## ABSTRACT

*El presente artículo objetiva traer reflexiones acerca de las relaciones entre escuela, lengua-culta, ideología y prejuicio lingüístico. Busca mostrar como la escuela se consolida como lugar de exclusión y discriminación, principalmente en relación a las variedades lingüísticas de sus alumnos y como el uso que se hace de la gramática normativa contribuye para establecer relaciones de desigualdad. Se basa en las ideas de autores como Neves, Fiorin, Bagno, Gnerre, Orlandi, Mantoan y Santomé, en una perspectiva de pensar un modo de cambiar la educación para mejor, sentimiento de una educadora que sufre al observar en la escuela tantas relaciones de desigualdad y discriminación.*

**Palabras clave:** educación – lengua-culta – ideología – prejuicio lingüístico.

## 1 INTRODUÇÃO

A idéia de escrever um artigo com o tema voltado para as relações entre escola, língua-culta, ideologia e preconceito, surgiu após refletirmos sobre como a educação vem caminhando ao longo da história. Nossa angústia como professores de Língua Portuguesa está evidenciada nas linhas que seguem e nosso objetivo é pensar uma possível solução para as situações de opressão que fazem parte do dia-a-dia da escola.

Percebemos desde cedo o quanto a escola favorece os mais privilegiados economicamente, tendo sentido ao ingressar na escola, ainda criança, a força da desigualdade. O fato de sermos de família humilde, cuja variedade lingüística não reflete a norma culta, nos fez perceber ainda criança que nossa fala revela muito de nós e por ela podemos ser considerados inferiores, menos capazes.

Nosso objetivo enquanto educadores é oferecer um ensino de qualidade a todos e, principalmente, aos que vêm de classes sociais menos favorecidas, lutar pela igualdade dentro da escola, para que a partir daí nossos educandos possam interagir positivamente com o mundo lá fora. É por acreditarmos na educação que realizamos esta explanação, e por sabermos que as aulas de língua portuguesa quando bem trabalhadas podem contribuir para a concretização de nosso ideal.

Os autores que serviram de apoio para este trabalho foram escolhidos por apresentarem os principais problemas educacionais e levantarem questionamentos oportunos e condizentes com a realidade. Seus argumentos favorecem uma educação de qualidade.

## 2 EDUCAÇÃO, PRECONCEITO E IDEOLOGIA

A escola trata muitas vezes a linguagem como um conjunto de regras e exceções e dá à língua padrão primazia sobre as variedades lingüísticas de seus educandos. É principalmente neste ponto que a escola torna-se excludente, pois a grande parte de seus alunos não tem acesso à variedade considerada padrão. Conseqüentemente, a escola que deveria ser um espaço de interação social, onde todos tenham acesso à informação e ao conhecimento, privilegia as classes dominantes, contribuindo para o controle social.

Neves (2003, p. 68), citando Mattos e Silva, assim nos diz:

A escola não é mais do que um instrumento de reprodução da sociedade em que está inserida, como tão bem demonstram Bourdieu e Passeron (1982), e o privilégio de um padrão normativizador, segundo a variante socialmente dominante, é uma poderosa peça dessa engrenagem ideológica.

A variedade lingüística do aluno deve ser valorizada e respeitada, jamais excluída e considerada inferior. Ao professor compete mostrar que há uma variedade lingüística de maior prestígio social, que também deve ser estudada para que o educando possa participar ativa e criticamente nas relações sociais, mas deve deixar claro que esta variedade não deve substituir a variedade que cada um traz consigo.

Conforme Neves (2003, p. 94), “*todas as modalidades têm de ser valorizadas (falada e escrita, padrão e não-padrão), o que, em última análise significa que todas as práticas discursivas devem ter o seu valor na escola*”. Mas a escola deve oferecer o “bom exercício da língua escrita e da norma-padrão”, para que todos tenham condições iguais de compreender o mundo que nos cerca, para que ninguém se sinta incapaz de compreender o que é dito ou escrito nas mais variadas situações do dia-a-dia, assim, as diferenças dialetais não servirão como meio de exclusão social.

Daí a importância do professor e das aulas de Português, pois, segundo Neves (2003, p.24 e 25),

...quando vai para a escola, a criança domina o padrão coloquial de seu grupo, que é mais, ou menos, próximo do padrão culto, dependendo do grupo socioeconômico-cultural do qual ela provém. Daí que, sem uma educação formal que a ponha em contato com a “língua-padrão”, quanto mais desfavorecido em termos de letramento o ambiente do qual ela provenha, mais desfavorecida no desempenho ela continuará, porque é a escola, no geral, o único espaço em que a criança terá suporte para entrar equilibradamente na posse de conhecimentos que lhe possibilitarão adequação sociocultural de enunciados, em que ela terá suporte para transitar na competência natural do coloquial (mais distante, ou menos distante, do padrão) para uma posse ampla e segura que lhe permita adequar seus enunciados, nas diversas situações de interação.

O papel da escola é proporcionar diversos conhecimentos e aprendizagens, visando propiciar um ensino de qualidade a todos, respeitando os conhecimentos que cada um traz consigo e ampliando esses conhecimentos. Valorizar somente a língua padrão faz com que a sala de aula deixe de ser um espaço de comunicação e interação, onde todos expressam seus conhecimentos, e passa a ser um cenário de correção e repressão.

Segundo Bagno, 2001, p.36, “*menosprezar, rebaixar, ridicularizar a língua ou a variedade da língua empregada por um ser humano equivale a menosprezá-lo, rebaixá-lo enquanto ser humano*”. Quem mais sofre com isso são aqueles que provêm das classes menos favorecidas economicamente, são eles que sentem na pele a ridicularização, sentem-se estranhos em sua própria língua, cheio de dúvidas e incertezas, distantes na norma considerada correta. Por isso, a maioria dos estudantes chega ao final do Ensino Médio sem conseguir transferir suas idéias para a folha da redação, há uma preocupação tão grande em empregar regras gramaticais, em “escrever certo”, que o pensamento não consegue concretizar-se no papel.

Gnerre, 1998, p.6, diz que “*uma variedade lingüística ‘vale’ o que ‘valem’ seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais*”. O homem sofre coerções ideológicas por não conseguir decifrar o campo semântico da sociedade em que vive. Gnerre, 1998, p.10, relembra muito bem que a própria lei que declara que todos os cidadãos são iguais já é discriminadora, pois a maioria dos cidadãos não tem acesso ao código em que lei é redigida. Sem acesso ao código, é impossível conhecer e compreender os direitos assegurados pelo Estado e muito menos lutar por eles.

É como se o homem estivesse preso dentro de seu próprio mundo, cego em relação à realidade que o cerca. Fiorin, 1995, p.26, apresenta dois níveis de realidade: um profundo e um superficial, um não-visível e um fenomênico. As relações igualitárias se dão apenas no nível fenomênico, que oculta as relações mais profundas e expressa-as de modo invertido, e é aí que se constroem as idéias dominantes numa dada formação social, determinadas pelo nível econômico de seus integrantes.

Cabe à escola proporcionar aos seus alunos o desenvolvimento da competência comunicativa e da criticidade, mas ao invés disso amplia as relações desiguais, transformando o professor naquele que sabe e o aluno naquele que não sabe e que está na escola para aprender. Para Orlandi, 1987, p.29, o discurso pedagógico (DP) é autoritário, sem nenhuma neutralidade:

O DP se dissimula como transmissor de informação sob a rubrica da cientificidade. O estabelecimento da cientificidade é observado, segundo o que pudemos verificar, em dois aspectos do DP: a metalinguagem e a apropriação do cientista feita pelo professor.

O problema da metalinguagem se funda no tratamento do referente, isto é, o conhecimento do fato fica subsumido, no DP, pelo conhecimento de uma certa metalinguagem: fixam-se as definições e excluem-se os fatos. O referente é um referente discursivo: são conceitos elaborados naquele ou em outros discursos, enunciados implícitos. A citação de outros discursos pode ser ou não explicitada no DP, o que torna mais difícil decidir sobre os limites dele e as vozes que falam nele.

Para Mantoan, 2004, p.62,

uma escola se distingue por um ensino de qualidade, capaz de formar pessoas nos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, quando consegue aproximar os alunos entre si; tratar as disciplinas como meios de conhecer melhor o mundo e as pessoas que nos rodeiam; e ter como parceiras as famílias e a comunidade na elaboração e no cumprimento do projeto escolar.

A qualidade de ensino não reside em quantidade, respostas-padrão ou conceitos fragmentados. Reside, sim, na valorização das diferenças, nos projetos inclusivos, nas ações educativas que propiciem reflexão sobre a realidade e as questões sociais, na busca da diminuição das desigualdades. Ensino de qualidade é aquele que dá voz aos grupos sociais minoritários, que sofrem há anos calados a pressão da ideologia dominante.

Segundo Santomé, in Silva, 2006, p.161, as culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação.

Para que essa situação mude, é necessário que a escola deixe de valorizar apenas a variante lingüística dos grupos sociais dominantes, a literatura que esses grupos valorizam, a geografia e a história dos vencedores, a cultura das nações de primeiro mundo e passe a reconhecer também a cultura popular. Respeitar o educando é oferecer uma educação anti-racista, programas plurilingüísticos, valorizar a cultura de cada um.

Mas, no Brasil, o preconceito lingüístico é tão disseminado e está tão interiorizado nas pessoas, que ouvimos a todo instante expressões como “eu não entendo português” ou “eu não sei falar certo”. Quando a escola dá ênfase ao ensino centrado na gramática, reforça o preconceito e a idéia de que o português é uma língua muito difícil, que apenas alguns são capazes de compreendê-la e utilizá-la corretamente. É a ideologia dominante se saindo vitoriosa, fazendo pensar que uns são superiores e outros são inferiores.

Gnerre, 1998, p.25, diz que “*a gramática normativa escrita é um resto de épocas em que as organizações dos Estados eram explicitamente ou declaradamente autoritárias ou centralizadas*”. Para Perini, 1997, p.48, “*gramática é a matéria que ninguém aprende*”.

Para Bagno, 2001, p.37, a gramática tradicional está presa ao passado:

uma última tarefa importante na identificação da Gramática Tradicional como uma ideologia, parece-me, é mostrar de que modo as ideologias conservadoras – entre as quais incluo a GT – privilegiam um discurso totalmente voltado para o passado, num processo de des-historicização desse discurso, que passa a ser, assim, uma “grande verdade” atemporal, estática, autônoma, eterna e imutável em relação à situação histórico-social que a produziu, independente das lutas sociais que o conformaram.

Assim, pode-se dizer que a língua padrão está desvinculada da realidade atual. Um exemplo claro disso é o uso da mesóclise, cujo não uso quando a gramática tradicional o exige é considerado um erro. Mas quem, nos dias de hoje, em sua fala diária faz uso da mesóclise? É difícil até mesmo para o professor de Língua Portuguesa explicar ao estudante a pertinência de tal regra. Como dizer que “te amarei” é incorreto gramaticalmente, quando os jovens fazem mil promessas de amor usando essa expressão?

Neves (2003, p. 85) nos fala sobre como se deve dar o uso da gramática em sala de aula:

...o tratamento da gramática num espaço escolar há de respeitar a natureza da linguagem, sempre ativada para a produção de sentidos, o que se opera nesse jogo entre restrições e escolhas que equilibra o sistema. Para responder a essa necessidade de equilíbrio, a língua é dinâmica e variável, é um sistema adaptável, sempre em acomodação, de tal modo que só na sua face sociocultural se poderá admitir a existência de moldes e modelos. Assim, a gramática de uma língua não pode ser oferecida como camisa-de-força, primeiro mapeada para depois ser recheada de exemplos, aqueles que venham a calhar para a doutrina assentada.

Segundo Bagno, 2001, p.38, o temor de que surja no Brasil uma nova língua é o temor de que junto a essa mudança ocorra também uma transformação social. Para ele, há uma inversão da realidade histórica, característica das ideologias: as gramáticas foram escritas para descrever e fixar como regras e padrões as manifestações lingüísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração em uma determinada época; porém passou a ser um mecanismo ideológico de poder e de controle de uma classe social dominante sobre as outras. A língua passou a ser subordinada à gramática normativa ao invés de a gramática normativa representar a língua usada na sociedade atual.

Bagno, 2001, p.39, vai ainda mais além, dizendo que a persistência do preconceito lingüístico objetiva a conservação da ideologia e do poder das classes dominantes. Acrescenta, ainda, que a ânsia de “preservar” a língua em sua pureza faz parte de um planejamento social no qual as academias de língua instituídas como autoridade única, absoluta e infalível, desempenham papel importante.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É possível que a escola, apesar de ser tradicionalmente excludente, passe a contribuir profundamente para a libertação e formação do indivíduo, é seu papel lutar contra todos os tipos de preconceito, não só o preconceito lingüístico, mas as discriminações sexuais, de raça e sociais. É assim que a escola proporcionará condições de aprender. É hora de a escola desvincular-se dos interesses sociais e políticos das classes dominantes para dar lugar à política das diferenças.

O ensino na escola, hoje, deve ser voltado à emancipação dos indivíduos, oportunizando a seus alunos “a construção de conhecimentos, destrezas, atitudes, normas e valores necessários para ser um bom cidadão” (Santomé, in Silva, 2005, p. 159). As ações que a escola desenvolve devem levar o educando à tomada de decisões, a debates, à defesa de opiniões, objetivando a formação de cidadãos críticos.

A valorização da cultura popular por parte da escola pode ser o ponto principal na luta contra o preconceito e as desigualdades. Respeitar cada um na sua individualidade, proporcionar a todos condições iguais de aprendizagem deve ser o objetivo maior da escola.

Nesse contexto, tornam-se muito importantes as atividades de pré-leitura, leitura e pós-leitura, que devem abordar os mais variados temas, principalmente aqueles que propõem uma reflexão sobre assuntos conflitantes. Ao professor cabe intermediar ações que possibilitariam solucionar os problemas apontados pelos alunos durante a reflexão e evitar que essas atividades terminem simplesmente em discussões polêmicas.

Não é chavão dizer que a escola é a principal porta de acesso à cidadania plena, mas é acreditar que a educação tem jeito, sim, e que, como educador, é possível lutar por um mundo melhor, mais digno, onde todos se sintam valorizados e respeitados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos. **Dramática da Língua Portuguesa**: tradição gramatical, mídia & exclusão social. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.
- GNERRE, Maurício. **Linguagem, escrita e poder**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática ensinar na escola?** São Paulo: Contexto, 2003.
- ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- PERINI, Mário A. **Sofrendo a gramática**. São Paulo: Ática, 1997.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na Sala de Aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

---

<sup>1</sup> Professora Pós-graduanda em Lingüística e Ensino da Língua e da Literatura – UNICRUZ/RS